
Casas-abrigo em Portugal: Uma realidade desconhecida

Isabel Baptista

A presente comunicação propõe-se dar conta dos principais resultados da investigação desenvolvida no âmbito do Projecto "*Violência: trajetórias institucionais de (re)inserção?*", coordenado pelo CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, no âmbito do Programa Comunitário DAPHNE e desenvolvido em parceria com instituições nacionais e estrangeiras.

Apesar da crescente difusão de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, e da significativa evolução nas soluções encontradas ao nível da UE, persiste um desconhecimento, mais ou menos generalizado, das estratégias e das metodologias de intervenção adoptadas nestas casas. A situação de Portugal é paradigmática neste contexto, pelo que se considerou fundamental efectuar uma reflexão aprofundada sobre esta problemática específica, avaliando-se o impacto do que tem sido feito e dando visibilidade aos casos/metodologias de sucesso.

O referido estudo permitiu assim, e pela primeira vez, lançar um olhar sobre a realidade dos centros de acolhimento em Portugal, tendo revelado aspectos essenciais do funcionamento destas instituições, do impacto das metodologias de intervenção utilizadas (ou da sua total ausência) ao nível da reestruturação de trajetórias pessoais e familiares das mulheres vítimas, do funcionamento e da articulação dos vários níveis de intervenção e de resposta existentes (forças de segurança, segurança social, linhas de emergência, ONG's e os próprios centros de acolhimento).

Um primeiro resultado da investigação realizada refere-se ao levantamento das instituições que, directamente vocacionadas ou não para o acolhimento de mulheres vítimas de violência, constituem recursos efectivos neste domínio. Neste sentido, procedeu-se a uma actualização desse levantamento e a um contacto individualizado com cada um dos centros/casas de acolhimento no sentido de obter uma caracterização mínima das referidas respostas (data de abertura, capacidade, critérios de admissão, tempo máximo de permanência, natureza da instituição, entre outras).

À data do levantamento¹, existiam 30 instituições que, em todo o país, acolhiam mulheres vítimas de maus tratos, sendo que, dentro destas, 17 encontravam-se vocacionadas especificamente para esta problemática. Do ponto de vista da sua localização geográfica, assiste-se a uma maior concentração no Norte e na Grande Lisboa, onde se situam cerca de 2/3 dos equipamentos existentes.

Para além desta possibilidade de especializar os recursos no território, um dos resultados mais significativos foi, sobretudo, a verificação da existência de um número significativamente mais elevado de estruturas de acolhimento (embora tal não signifique necessariamente suficiente ou adequado às necessidades), do que aquele que resultava da percepção dos próprios técnicos e das instituições que directa ou indirectamente lidam com esta problemática.

A necessidade de uma sistematização e actualização das respostas existentes (não comprometendo naturalmente as exigências de segurança e de anonimato indispensáveis nesta área) e sobretudo de promover o acesso dos técnicos a este tipo de informação foi, assim, um dos primeiros resultados desta fase inicial do estudo.

A este levantamento seguiu-se a selecção de seis centros de acolhimento com características diferenciadas (tempo de funcionamento, capacidade de acolhimento, tipo de orientação) e localizados em diferentes regiões do país de forma a captar contextos envolventes distintos (urbano/rural, norte/sul, litoral/interior).

Os principais resultados obtidos através do contacto pessoal com os referidos centros, e das entrevistas realizadas - quer ao pessoal técnico, quer às utentes - permitiu, pela primeira vez

¹ Janeiro de 2002.

fazer uma análise das respostas de acolhimento a mulheres vítimas em Portugal, confrontando diferentes olhares sobre uma mesma realidade.

Neste sentido, pode pois afirmar-se que, apesar da existência de um número significativamente superior de estruturas de acolhimento ao inicialmente esperado, a qualidade das respostas dificilmente corresponde às necessidades das vítimas ou à complexidade das situações e dos processos de violência doméstica que estiveram na base da institucionalização.

Os principais estrangulamentos ao funcionamento situam-se não tanto ao nível da qualidade das infra-estruturas físicas dos centros de acolhimento (embora tal também se verifique nalgumas situações), mas sobretudo à qualidade do trabalho de intervenção desenvolvido.

Paralelamente ao empenho e dedicação da maior parte dos/as técnicos/as que desenvolvem a sua actividade nestas instituições, assiste-se a um fraco investimento das organizações nos recursos humanos, nomeadamente no que se refere ao número reduzido de técnicos, à sobrecarga de trabalho do pessoal técnico, à quase total ausência de equipas técnicas (a equipa traduz-se em muitos casos num único elemento), e nalguns casos à acumulação de funções e de responsabilidades das mais variadas valências por parte de uma mesma pessoa (casa de acolhimento de mulheres vítimas, lar de idosos, centro de dia, lar de jovens, jardim de infância).

Por outro lado, verificou-se igualmente a existência de problemas ao nível da orientação e da supervisão das práticas, bem como um défice ao nível da formação das equipas.

Numa altura em que, paralelamente ao aumento da visibilidade do problema crescem os equipamentos e respostas disponíveis, o aumento da formação específica não tem conseguido acompanhar estas mudanças. Assim, algumas das intervenções em situações de violência doméstica, para além de muito esforçadas, devido ao já referido défice do número de profissionais e muito generosas e bem-intencionadas são, em muitos casos, pouco profissionalizadas.

Para este défice de profissionalismo concorrem alguns factores:

- Reduzida investigação sobre o tema da violência doméstica;
- Escassa formação sobre o tema ou possibilidade de participar nela;
- Presença, na intervenção, de pessoal sem habilitações para o fazer – casos de alguns elementos auxiliares ou com formações pouco adequadas ou mesmo sem formação específica, como é o caso das casas de orientação religiosa;
- Isolamento profissional – facto apontado pela quase totalidade dos técnicos que trabalham praticamente sozinhos e sem possibilidade de partilha de experiências, esclarecimento de dúvidas e aperfeiçoamento de intervenções;
- Pouca prática de avaliação e partilha no interior das equipas.

Este tipo de constrangimentos acaba em muitos casos por inviabilizar certo tipo de intervenção mais consistente que, embora reconhecida como necessária, não encontra condições para se efectivar.

Estes insuficiente investimento ao nível dos recursos humanos reflecte-se de forma clara na ausência de espaços de diálogo com as mulheres e entre os próprios técnicos, na inexistência na maior parte dos centros de qualquer tipo de avaliação do trabalho realizado, e na ausência de metodologias de intervenção e de um planeamento das actividades de acordo com objectivos bem definidos e visando metas específicas. Para além da inexistência quase generalizada de um trabalho de avaliação do impacto sobre as mulheres da sua passagem por esta nova etapa, verificou-se igualmente que, após a saída das mulheres do centro de acolhimento não se efectua um trabalho de follow-up do seu percurso posterior.

Ainda ao nível do funcionamento institucional uma das limitações mais importantes que foi possível identificar de forma generalizada, foi a ausência de um trabalho de intervenção junto dos filhos das mulheres vítimas de violência, crianças que acompanham as mães na sua institucionalização, mas para quem na maior parte dos casos não existe qualquer tipo de acompanhamento que vá além da sua inserção escolar e da satisfação das necessidades básicas.

Trata-se de crianças que, dependendo entre outros factores da sua idade e de terem sido ou não vítimas directas de maus tratos, se encontram em situação de grande fragilidade ou apresentam mesmo diferentes graus de perturbação do comportamento, e para as quais raramente existe o necessário acompanhamento e orientação.

A presença destas crianças nos centros de acolhimento foi mesmo referida como criando situações de perturbação no funcionamento quotidiano, para o que contribui também a total ausência de espaços e de actividades a elas dirigidos.

Passando do universo interior do funcionamento das instituições ao do funcionamento interinstitucional outro dos resultados relevantes da investigação realizada, diz respeito à existência de uma falta de articulação entre os centros de acolhimento e outro tipo de respostas essenciais como sejam o emprego, a habitação, a saúde e que, em diferentes etapas do percurso de vida das mulheres após a situação de ruptura, podem constituir factores facilitadores ou bloqueadores de novas oportunidades de “reinserção”.

Neste contexto, importa ainda salientar a ausência de conhecimento, por parte do pessoal técnico das casas de acolhimento, da existência de grande parte dos outros centros de acolhimento existentes no país e, sobretudo, a necessidade expressa por muitos deles de “saber o que se está a fazer noutros sítios”. A troca de experiências, a partilha dos sucessos, dos insucessos, das dificuldades sentidas e das experiências válidas constitui ainda uma realidade distante (embora desejável) no universo do trabalho desenvolvido em Portugal neste domínio das respostas de acolhimento a mulheres vítimas de violência.

Outro tipo de resultados decorrentes do estudo realizado nos centros de acolhimento refere-se ao impacto da passagem ou da permanência das mulheres vítimas neste tipo de estruturas provisórias.

Por um lado, verifica-se que para a grande maioria destas mulheres a institucionalização constituiu uma última alternativa, ou seja, a saída possível a uma situação que se torna incomportável e, nalguns casos, mesmo ameaçadora da integridade pessoal da vítima e dos respectivos filhos.

Aliás, o facto de se tratar de uma população que se encontra num contexto muito específico - institucionalização actual ou pós-institucionalização - condiciona de forma evidente os resultados da caracterização sócio-demográfica destas mulheres. Com efeito, apesar da diversidade de situações concretas, verifica-se uma certa homogeneidade socioeconómica entre as mulheres entrevistadas que aponta no sentido da presença de elevados níveis de precariedade (desqualificação profissional, instabilidade laboral, precariedade habitacional e económica), visíveis quer através da sua situação actual, quer das suas trajectórias de vida. Por outro lado, importa realçar que o contexto de violência em que ocorrem estas situações de precariedade múltipla acaba invariavelmente por agravar as já difíceis condições de vida destas mulheres. Ao nível profissional, são frequentes situações em que o agressor ou impede a companheira de continuar a desenvolver uma actividade profissional ou exerce uma pressão tal que a obriga a mudar continuamente de emprego, acentuando a sua já instável inserção profissional. Já ao nível da precariedade económica são vários os factores associados ao processo de vitimação que contribuem para agravar as situações familiares: Consumos exagerados de álcool ou outros, o vício do jogo, ou a total recusa em contribuir para o orçamento familiar, chegando mesmo a utilizar não só o seu próprio rendimento do trabalho, como também o da companheira, para os seus gastos pessoais são alguns dos exemplos que foi possível identificar ao longo das histórias relatadas pelas mulheres entrevistadas.

Finalmente, importa referir que a ausência, entre as mulheres entrevistadas nas casas-abrigo, de situações de origem de elevado estatuto socioeconómico, prende-se provavelmente com a possibilidade destas mulheres disporem de recursos e apoios que lhes permitem encontrar alternativas à casa-abrigo, não recorrendo pois a este tipo de respostas institucionais, uma vez tomada a decisão de romper com a situação de violência em que vivem.

No que se refere ao processo de vitimação a que foram sujeitas estas mulheres, importa recordar que apenas 3 das 26 mulheres entrevistadas esteve sujeita a maus tratos por um período inferior a 1 ano, sendo as mais frequentes as situações de vitimação entre 2 e 5 anos e tendo

cerca de 1/3 das mulheres entrevistadas sido vítimas de maus tratos durante períodos superiores a 5 anos.

Neste sentido, a saída de casa e a entrada no centro de acolhimento é inicialmente vivida como um momento de verdadeira libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável, mas também como uma perda, sendo vivida como uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que, se muitas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário constituíam recursos e experiências positivas que agora se quebram (a casa e pertences que se deixam, os contactos familiares, de vizinhança ou outros, a actividade profissional, entre outros).

O confronto com um universo de uma natureza totalmente diversa (uma instituição colectiva de acolhimento) e com a qual a quase totalidade das mulheres nunca havia tido contacto ao longo da sua trajectória de vida introduz a necessidade de adaptação a uma nova etapa ao mesmo tempo que a própria situação de ruptura com a situação de violência e o desenraizamento geográfico já haviam por si só constituído novas etapas de adaptação complexa.

Adaptação essa que, para além das condicionantes objectivas, ligadas a qualquer processo de ruptura e de institucionalização, deverá necessariamente ter em consideração outros aspectos de natureza subjectiva, mas que marcaram de forma evidente as trajectórias destas mulheres. A forma como a mulher pensa e sente a violência constitui sem dúvida uma dessas condicionantes: É neste contexto que encontramos a esperança de que a situação se altere para melhor, alimentada pelos momentos de arrependimento do agressor; a noção de que o casamento é para toda a vida e a vergonha da separação; a ligação afectiva ao agressor; mas também, o medo de sofrer represálias caso fujam ou contem a alguém, alimentado pelas permanentes ameaças de perseguição e até morte.

Neste sentido, para que a decisão de romper seja definitiva, não basta a mulher querer sair. É essencial criar as condições para que o possa fazer, assim como é essencial um trabalho de acompanhamento verdadeiramente profissional, capaz de viabilizar o sucesso das mulheres que demonstram vontade de quebrar a situação a que são sujeitas.

A inexistência de instituições dedicadas ou, com possibilidade de intervir em situações de violência doméstica, não parece ser o problema principal capaz de inviabilizar estes processos.

Efectivamente existem várias instituições e locais que podem assumir um papel de grande relevo no apoio que podem dar. Se assim é, onde surgem os problemas no apoio às vítimas?

Duas questões parecem ser fundamentais neste aspecto. Em primeiro lugar, alguma incapacidade dos serviços e recursos na divulgação eficaz da sua existência e do tipo de apoio que podem prestar. Por outro lado, uma aparente ineficácia de coordenação efectiva entre instituições que, não raras vezes, se deparam também com falta de informação geral sobre os recursos e com alguma dificuldade de relacionamento interinstitucional.

O desenho de uma intervenção que procure aumentar as probabilidades de êxito numa situação de violência doméstica, tem necessariamente que percorrer uma série de valências pessoais e sociais o que implica um trabalho integrado e interdisciplinar, a par de uma boa rede de encaminhamento. Ora, por constrangimentos vários, esta abordagem de largo espectro não é totalmente conseguida, o que faz com que alguma da intervenção seja pouco eficaz.

Foi possível identificar entre várias das mulheres entrevistadas um sentimento de insatisfação e de algum desencanto, ao mesmo tempo que é claro o reconhecimento pela possibilidade de se dispor de um local finalmente seguro. Nalguns casos, são as próprias regras de funcionamento, ou a falta de articulação com outro tipo de respostas que vão contribuindo para um sentimento de dependência² relativamente à instituição e à falta de perspectivas de futuro, e ao sentimento de que o principal apoio com que podem contar são elas próprias. Os sonhos, esses (ainda) permanecem...

² Vide nomeadamente a falta de soluções habitacionais ou de alternativa de emprego que não seja na própria instituição de acolhimento.